



Número: **0802335-18.2019.8.15.0351**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sapé**

Última distribuição : **03/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**


Justiça gratuita? **SIM**



Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**



| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|-------------------|
| JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE (AUTOR) | | JOSE ALVES DA SILVA NETO (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 40561632 | 12/03/2021 13:02 | Apelação | Apelação |
| 40561633 | 12/03/2021 13:02 | 2686093_RECORSO_DE_APELACAO_Anexo_02 | Outros Documentos |
| 40561634 | 12/03/2021 13:02 | 2686093_RECORSO_DE_APELACAO_01 | Apelação |

EM ANEXO



| | | | |
|--|-----------------------------------|---|--|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte) | | | Número do boleto: 035.5.21.00298/01 |
| | | | Data de emissão: 05/03/2021 |
| Nº do Processo: 0802335-18.2019.815.0351 | Comarca: Sape | Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | Data de vencimento: 31/03/2021 |
| Número da 035.2021.600298 | Tipo da Custas de Recursos | UFR vigente: R\$ 53,97 | |
| Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 323,82 - Taxa bancária: R\$ 1,38 | | Promovente JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Valor da causa: R\$ 10.968,75 | Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 325,20 Desconto total: R\$ 0,00 |
| Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. | | | |
| 866300000035 252009283182 520210331036 552100298017  | | | Valor final: R\$ 325,20 |

| | | | |
|--|-----------------------------------|--|--|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo) | | | Número do boleto: 035.5.21.00298/01 |
| | | | Data de emissão: 05/03/2021 |
| Nº do Processo: 0802335-18.2019.815.0351 | Comarca: Sape | Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | Data de vencimento: 31/03/2021 |
| Número da 035.2021.600298 | Tipo de Custas de Recursos | UFR vigente: R\$ 53,97 | |
| Promovente JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE Valor da causa: R\$ 10.968,75 Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 323,82 - Taxa bancária: R\$ 1,38 | | Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. | Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 325,20 Desconto total: R\$ 0,00 |
| Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. | | | |
| 866300000035 252009283182 520210331036 552100298017  | | | Valor final: R\$ 325,20 |

| | | | |
|--|-----------------------------------|---|--|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco) | | | Número do boleto: 035.5.21.00298/01 |
| | | | Data de emissão: 05/03/2021 |
| Nº do Processo: 0802335-18.2019.815.0351 | Comarca: Sape | Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | Data de vencimento: 31/03/2021 |
| Número da 035.2021.600298 | Tipo de Custas de Recursos | UFR vigente: R\$ 53,97 | |
| Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 323,82 - Taxa bancária: R\$ 1,38 | | Promovente JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Valor da causa: R\$ 10.968,75 | Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 325,20 Desconto total: R\$ 0,00 |
| Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. | | | |
| 866300000035 252009283182 520210331036 552100298017  | | | Valor final: R\$ 325,20 |



| | | | | | |
|--|-----------------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------|--|
| | | | N° DA CONTA JUDICIAL 0 | | |
| N° DA PARCELA | | DATA DO DEPÓSITO 09/03/2021 | AGÊNCIA (PREF / DV) 0 | TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL | |
| DATA DA GUIA 09/03/2021 | N° DA GUIA 0352021600298 | N° DO PROCESSO 08023351820198150351 | | | |
| UF/COMARCA PB | ORGÃO/VARA Vara Cível | DEPOSITANTE RÉU | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 325,20 | | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | | TIPO DE PESSOA Jurídica | CPF / CNPJ 09248608000104 | | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE | | TIPO DE PESSOA FÍSICA | CPF / CNPJ 04420205466 | | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA AC01AD381B035B9B | | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS 8663000003 5 25200928318 2 52021033103 6 55210029801 7 | | | | | |





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO . VARA MISTA DA COMARCA DE SAPE/PB

Processo n. 08023351820198150351

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SAPE, 2 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 12/03/2021 13:02:57
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21031213025731600000038632319>
Número do documento: 21031213025731600000038632319

PROCESSO ORIGINÁRIO DO . VARA MISTA DA COMARCA DE SAPE / PB

Processo n.º 08023351820198150351

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

BREVE RELATO DOS FATOS

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 20/03/2018.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



ANTE O EXPOSTO, REJEITO a preliminar e, com base no art. 487, I, do CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO** para **CONDENAR a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A** ao pagamento de indenização no valor de **R\$ 4.218,75 (quatro mil, duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)**, a título de indenização por invalidez parcial permanente.

Incidirão juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula 426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580).

Condeno o demandado nas custas e fixo os honorários em 10% do valor da causa condenação, devidos pelo demandado em razão do decaimento mínimo do pedido, tudo em atenção ao art. 85 do NCPC.

Data vênia, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Conforme se verifica dos documentos acostados pela parte apelante, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **20/03/2018**. Em razão do aludido sinistro, após a devida regulação administrativa, foi pago à parte Apelada, o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Após dilação probatória, foi confeccionado laudo pericial, que consta às fls. dos autos. Por certo, o limite indenizatório estipulado na condenação, deveria ser o estipulado na referida prova, debitando-se o valor pago na via administrativa. Todavia, a condenação imposta na r. sentença sobejou o montante devido ao apelado em razão de sua permanente invalidez, pelo que merece pronta reforma. Vejamos conclusão da perícia:

| Segmento anatómico | Marque aqui o percentual | | | |
|------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|---|------------------------------|
| 1º Lesão <u>MEMBRO INFERIOR</u> | <input type="checkbox"/> 10% Residual | <input type="checkbox"/> 25% Leve | <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média | <input type="checkbox"/> 75% |
| Intensa DIREITO | | | | |

Frisa-se que com a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, foram estabelecidos percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, estes últimos em completos e incompletos¹.

¹PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da gradação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos



Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ².

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas, observadas quando da elaboração da prova pericial:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e seqüela residual – 10%.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | Percentuais | Valor da Indenização |
|--|-------------|----------------------|
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | das Perdas | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | 70 | R\$ 9.450,00 |
| | | |

| Repercussão | Valor da Indenização |
|---------------------|----------------------|
| 50% (grau moderado) | R\$ 4.725,00 |
| | |

Sendo assim, na hipótese de manutenção da r. Sentença, o valor indenizatório deverá respeitar o cálculo apresentado acima, apurado com base no exame pericial que consta dos autos, evidentemente descontando-se o valor pago na esfera administrativa, na razão de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), de modo que o valor da condenação não poderá ultrapassar a monta de **R\$ 2.193,75 (DOIS MIL E CENTO E NOVENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).**

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pretendia o Autor/Apelado com a demanda, o recebimento de indenização no importe de R\$ 10.968,75, contudo, obteve a condenação da Seguradora ao pagamento de **R\$ 4.218,75 (QUATRO MIL E DUZENTOS E DEZOITO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).**

Ressalta-se que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, logo, torna-se injustificável o patamar estipulado na r. sentença.

acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

²Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Soma-se a isso, que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, bem como houve uma razoável duração do processo, de maneira que a sentença está em total dissonância com o que estabelece o CPC sobre o tema.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso, para:

Seja respeitada a tabela de graduação inserida na Lei, nos termos das Súmulas 474 e 544 do STJ.

Diante da sucumbência mínima da Apelante que os encargos fiquem apenas com a parte Apelada, caso não seja este o entendimento de V. Exas. que o valor seja minorado para **10% do valor da condenação.**

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SAPE, 2 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**, em curso perante a **VARA MISTA** da comarca de **SAPE**, nos autos do Processo nº 08023351820198150351.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

